Revista Latino-Americana de RELAÇÕES INTERNACIONAIS Campos Neutrais
FURG UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

A reconfiguração da missão civilizadora: imperialismo e legitimação no século XXI

The reconfiguration of the civilizing mission: *imperialism and legitimation in the twenty-first century*

José Alejandro Sebastian Barrios Díaz

Resumo

O que sustenta o imperialismo no século XXI? Este artigo analisa a reconfiguração contemporânea da missão civilizadora como tecnologia de legitimação do poder imperial, com foco no caso dos Estados Unidos. Partindo de uma abordagem interpretativa, analítica e conceitual, o estudo articula uma reconstrução teórica do conceito de império e de suas formas históricas de justificação com uma análise das transformações recentes nas narrativas que sustentam a dominação internacional. Argumenta-se que, enquanto o imperialismo moderno se apoiava em discursos universalistas, como civilização, progresso, desenvolvimento e democracia liberal observa-se atualmente um processo de reconfiguração dessas narrativas. Em seu lugar, emergem formas de legitimação mais restritas, centradas na identidade civilizacional ocidental, na segurança e na explicitação de interesses estratégicos. A partir da análise do discurso de Marco Rubio na *Munich Security Conference*, o artigo demonstra como essa transformação se expressa empiricamente, evidenciando uma forma de poder menos dependente de universalização normativa e mais explícita em seus fundamentos. Conclui-se que o imperialismo contemporâneo não prescinde de justificativas, mas as reconfigura em registros mais estreitos e seletivos, com implicações significativas para a produção de hierarquias e para a estabilidade da ordem internacional.

Palavras-chave: Imperialismo; Missão civilizadora; Estados Unidos; Donald Trump; Decolonialidade.

Abstract

What sustains imperialism in the twenty-first century? This article analyzes the contemporary reconfiguration of the civilizing mission as a technology of imperial legitimation, focusing on the case of the United States. Adopting an interpretive, analytical, and conceptual approach, the study combines a theoretical reconstruction of the concept of empire and its historical forms of justification with an examination of recent transformations in the narratives underpinning international domination. It argues that, whereas modern imperialism relied on universalist discourses, such as civilization, progress, development, and liberal democracy, there is currently a process of reconfiguration of these narratives. In their place, more restrictive forms of legitimation have emerged, centered on civilizational identity, security, and explicit strategic interests. Through the analysis of Marco Rubio's speech at the Munich Security Conference (2026), the article demonstrates how this shift manifests empirically, revealing a form of power less dependent on normative universalization and more explicit in its foundations. It concludes that contemporary imperialism does not abandon justification but reshapes it into narrower and more selective forms, with significant implications for global hierarchies and the stability of international order.

Keywords: Imperialism; Civilizing mission; United States; Donald Trump; Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

O que sustenta o imperialismo no século XXI?

No dia 14 de fevereiro de 2026, ao discursar na *Munich Security Conference*, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, convocou seus aliados europeus a participarem da construção de um "novo século ocidental"[1] (Rubio, 2026). O discurso, marcado por referências à civilização, à soberania e à necessidade de reconstrução do poder estratégico do Ocidente, aponta para uma reconfiguração importante nas formas pelas quais a dominação internacional é pensada e legitimada no mundo contemporâneo.

Historicamente, o imperialismo não se sustentou apenas pela força, mas por meio de narrativas que buscavam conferir sentido moral e legitimidade política à expansão do poder, das colônias e da violência que configurava as relações das metrópoles com os territórios e povos conquistados. A chamada "missão civilizadora" constituiu um dos pilares centrais dessa dinâmica, ao apresentar a dominação como um projeto de elevação moral, progresso e universalização de valores (Mignolo, 2005; Said, 1993). Ao longo do tempo, essa lógica foi rearticulada em diferentes registros, do discurso religioso ao cientificismo racial, e, posteriormente, às linguagens do desenvolvimento e da democracia liberal (Escobar, 1995; Hobson, 2012).

Ao longo da história, portanto, projetos de dominação global foram acompanhados por narrativas que buscavam universalizar seus objetivos, da missão civilizadora ao desenvolvimento e à democracia liberal. Essas narrativas não apenas justificaram a expansão imperial, mas também desempenharam um papel central na produção de consenso e na naturalização de hierarquias globais (Foucault, 2008; Anglie, 2005; Zarakol, 2011). No entanto, transformações recentes sugerem uma inflexão importante nesse padrão. A crise do universalismo liberal, intensificada pelas contradições das intervenções militares, pelos duplos padrões normativos e pela emergência de novos polos de poder, tem fragilizado a capacidade dessas linguagens de operar como fundamentos legítimos da ordem internacional (Ikenberry, 2018; Acharya, 2014).

Este artigo argumenta que o imperialismo contemporâneo dos Estados Unidos da América é marcado por uma reconfiguração das narrativas universalistas que tradicionalmente

[1] Tradução livre de "*Thousands of years of Western civilization hung in the balance*" (Rubio, 2026).

legitimaram o poder, dando lugar a formas de justificação mais estreitas, centradas em identidade, segurança e interesse estratégico. Mais do que o desaparecimento da ideologia, observa-se sua transformação em justificativas menos universalizáveis e mais explicitamente orientadas pela afirmação de poder e pela delimitação de pertencimento civilizacional ao Ocidente.

Para desenvolver esse argumento, este artigo tem como objetivo analisar conceitualmente o processo de reconfiguração da missão civilizadora no imperialismo contemporâneo, tomando o discurso de Marco Rubio na *Munich Security Conference* de 2026 como sintoma analítico dessa transformação, com especial atenção às tensões e contradições internas que estruturam sua arquitetura de legitimação. A partir de uma leitura que combina análise empírica com interpretação teórica, o texto busca compreender como as narrativas tradicionalmente universalistas de legitimação imperial são deslocadas e rearticuladas em registros mais estreitos, centrados em identidade civilizacional, segurança e interesse estratégico. Ao fazê-lo, o artigo pretende contribuir para o debate sobre as transformações do imperialismo no século XXI, evidenciando as implicações de um cenário em que a dominação/imposição imperial passa a operar com menor capacidade de universalização e maior visibilidade de seus fundamentos estratégicos e coercitivos.

Nesse sentido, apresenta-se a hipótese de que o imperialismo dos Estados Unidos, no contexto contemporâneo, é sustentado por uma missão civilizacional reconfigurada, marcada por uma inflexão em relação às suas formas históricas de legitimação. Diferentemente das narrativas universalistas que caracterizaram momentos anteriores, especialmente aquelas ancoradas na promoção da democracia liberal, dos direitos humanos e do desenvolvimento, observa-se um deslocamento em direção a formas mais restritas de justificação/legitimação. Argumenta-se que essa nova configuração assume um caráter menos universalizável e mais centrado na afirmação de identidade civilizacional ocidental, na defesa de interesses estratégicos e na delimitação de fronteiras políticas e culturais. Trata-se de uma forma de legitimação que não busca prioritariamente integrar o "Outro" a um horizonte normativo universal, mas que tende a reforçar distinções, hierarquias e exclusões no sistema internacional.

Assim, a hipótese sustenta que o imperialismo contemporâneo dos Estados Unidos não prescinde de justificativas normativas, mas as reconfigura em registros mais estreitos e

explicitamente imperiais: menos orientados à universalização e mais voltados à afirmação direta de poder, à autopreservação e à construção de um pertencimento civilizacional seletivo.

Para isso, adota-se abordagem interpretativa, analítica e conceitual para examinar a reconfiguração contemporânea da missão civilizadora no imperialismo dos Estados Unidos. Partindo do discurso de Marco Rubio na *Munich Security Conference* como evidência empírica e ponto de inflexão analítico, o artigo desenvolve uma leitura crítica voltada a examinar uma das reconfigurações do imperialismo contemporâneo: a transformação da missão civilizadora. Mais do que uma análise sistemática de padrões discursivos, trata-se de uma interpretação orientada teoricamente, que busca compreender como mudanças nas formas de legitimação do poder imperial se manifestam. Nesse sentido, o discurso é mobilizado não como objeto isolado de análise, mas como sintoma de deslocamentos mais amplos nas racionalidades políticas e nos regimes de justificação que estruturam a dominação internacional (Yanow; Schwartz-Shea, 2014; Hansen, 2006).

Do ponto de vista analítico, o artigo opera com os conceitos de império e missão civilizadora não como categorias fixas, mas como construções históricas e políticas, sujeitas a transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, a análise não se orienta por uma reconstrução histórica exaustiva das formas de justificação imperial, mas por uma problematização conceitual situada, que toma a transformação contemporânea da missão civilizadora como ponto de entrada analítico. Busca-se apreender como essa transformação se expressa no presente, evidenciando deslocamentos nas formas de legitimação do poder imperial e suas implicações para a configuração atual das hierarquias internacionais (Foucault, 2008; Koskenniemi, 2001; Anglie, 2005).

Essa análise é informada por uma perspectiva crítica decolonial, que problematiza a produção de universalismos e as hierarquias globais associadas à expansão do poder ocidental. A partir de Aníbal Quijano, o imperialismo é compreendido como expressão da colonialidade do poder, isto é, da persistência de estruturas globais de classificação racial, epistêmica e civilizacional que organizam o sistema internacional para além do colonialismo formal (QUIJANO, 2000). Em diálogo, Walter Mignolo permite interpretar os universalismos imperiais como formas situadas de conhecimento que se apresentam como universais, ocultando sua origem geopolítica e sua função na reprodução de hierarquias globais (Mignolo,

2005). Já Nelson Maldonado-Torres aprofunda essa leitura ao evidenciar a dimensão ontológica da colonialidade, mostrando como a produção do "Outro" implica sua desumanização e sua colocação em uma posição de exterioridade radical, legitimando práticas de dominação e violência (Maldonado-Torres, 2007). Por fim, Frantz Fanon contribui ao destacar a dimensão subjetiva desse processo, evidenciando como o imperialismo produz sujeitos e internaliza hierarquias, naturalizando relações de superioridade e inferioridade (Fanon, 2008). A partir desse conjunto teórico, o artigo busca não apenas descrever transformações discursivas, mas interpretar suas implicações políticas, particularmente no que se refere à rearticulação contemporânea da missão civilizadora.

Para desenvolver esse percurso analítico, o artigo organiza-se em três momentos principais. Inicialmente, são estabelecidos os fundamentos teóricos da análise, compreendendo o império e a missão civilizadora como construções históricas e tecnologias de legitimação articuladas à produção de hierarquias globais. Em seguida, examina-se a crise contemporânea dessas narrativas universalistas, destacando o desgaste de sua capacidade de produzir consenso e sua reconfiguração em registros mais restritos, centrados em identidade, segurança e interesse estratégico. Por fim, analisa-se o discurso de Marco Rubio na *Munich Security Conference* como expressão empírica dessa transformação, evidenciando como a legitimação do poder imperial se desloca de pretensões universalistas para formas mais explícitas e seletivas de afirmação civilizacional.

2 IMPÉRIO, MISSÃO CIVILIZADORA E PODER: UMA LEITURA DECOLONIAL

A partir de uma perspectiva decolonial, o imperialismo não é compreendido apenas como um fenômeno histórico de expansão territorial ou dominação entre Estados, mas como expressão de uma estrutura mais profunda e duradoura de poder que se origina na modernidade colonial e se projeta no presente (Quijano, 2000; Mignolo, 2005). Tomando como eixo analítico a noção de colonialidade do poder, tal como formulada por Aníbal Quijano, o imperialismo ocidental é inseparável da persistência de hierarquias globais que classificam povos, saberes e formas de vida segundo critérios racializados, epistêmicos e civilizacionais (Quijano, 2000; Maldonado-Torres, 2007).

Nesse quadro, a missão civilizadora não constitui apenas uma justificativa ideológica ao exercício do poder, mas uma tecnologia central de sua operação. Trata-se de um dispositivo que produz o "Outro" como inferior, atrasado ou incompleto, legitimando intervenções e múltiplas formas de subordinação. Essa dinâmica articula-se simultaneamente no plano discursivo e no plano subjetivo: em Frantz Fanon, a dominação imperial aparece como uma estrutura internalizada, que organiza não apenas o mundo externo, mas também a constituição dos sujeitos, naturalizando hierarquias racializadas (Fanon, 2008); em Edward Said, manifesta-se como parte de uma economia discursiva que constrói o não-Ocidente como objeto de conhecimento e intervenção, estabilizando sua posição subalterna (Said, 1993).

O universalismo que historicamente acompanhou os projetos imperiais, seja na forma da civilização, do desenvolvimento ou da democracia liberal, deve, portanto, ser compreendido não como um horizonte neutro, mas como uma forma situada de poder que se apresenta como universal para ocultar e reproduzir desigualdades estruturais. Como argumenta Escobar (1995), o discurso do desenvolvimento reconfigura diferenças históricas em problemas técnicos, reposicionando o chamado "Terceiro Mundo" como objeto permanente de intervenção. De modo convergente, Hobson (2012) demonstra como o universalismo liberal se insere em uma tradição eurocêntrica mais ampla, que projeta experiências ocidentais como universais enquanto marginaliza outras trajetórias históricas.

Desse modo, o imperialismo implica mais do que relações de dominação material. Trata-se de uma articulação entre poder, saber e subjetividade que estrutura a própria inteligibilidade da ordem internacional. Não está em jogo apenas quem controla territórios ou recursos, mas quem detém a autoridade de definir o que conta como conhecimento legítimo, quais formas de vida são reconhecidas como válidas e quem pode ser plenamente reconhecido como sujeito político. É nesse sentido que o imperialismo opera como uma matriz de classificação e diferenciação, organizando fronteiras entre civilização e barbárie, desenvolvimento e atraso, pertencimento e exclusão.

Ao longo de sua trajetória histórica, o conceito de império assumiu múltiplos significados, evidenciando sua natureza analítica não unívoca. Conforme argumenta Pagden (1995), é possível identificar ao menos três sentidos fundamentais: (i) a tradição do Império Romano, associada à autoridade soberana sobre um território; (ii) o uso do termo como

marcador de poder não subordinado no interior de uma comunidade política; e (iii) o sentido moderno de império como unidade expansionista que incorpora múltiplos territórios e populações sob dominação colonial. Essa distinção permite compreender que o conceito de império é mais amplo que o de imperialismo, o qual se refere mais diretamente às relações de dominação características da expansão europeia moderna.

Nesse contexto, como destaca Meneses (2010), os projetos coloniais implicaram não apenas ocupação territorial, mas a constituição de complexas relações de saber/poder, nas quais os povos colonizados foram transformados em objetos de conhecimento e intervenção. Classificados sob categorias como "culturas tradicionais", esses grupos foram posicionados fora da modernidade, produzindo identidades marcadas pela subalternização e pela exclusão.

A expansão imperial, portanto, operou também por meio de uma reconfiguração profunda das ordens epistêmicas e sociais. A ocupação territorial correspondeu uma ocupação do próprio horizonte de produção de conhecimento e de definição do humano. É nessa articulação entre poder, conhecimento e hierarquia que se inscreve a missão civilizadora como tecnologia central de legitimação do imperialismo moderno.

A durabilidade do imperialismo, nesse sentido, depende da produção de formas de legitimação capazes de conferir sentido e aceitabilidade à dominação. A missão civilizadora constitui um dos principais dispositivos históricos dessa legitimação, articulando-se a regimes de verdade que apresentam a dominação como progresso, ordem ou desenvolvimento (Foucault, 2008). Essa dinâmica torna-se particularmente evidente na formação do direito internacional moderno, no qual a distinção entre "civilizado" e "não civilizado" operou como princípio organizador central, legitimando intervenções e exclusões sistemáticas (Anglie, 2005).

A perspectiva decolonial permite compreender que tais hierarquias não pertencem apenas ao passado, mas se rearticulam continuamente na modernidade global. A missão civilizadora, nesse sentido, pode ser entendida como uma expressão histórica específica de uma lógica mais ampla de produção de alteridade e classificação social. Como sugere Zarakol (2011), a ordem internacional é estruturada por dinâmicas de pertencimento e estigmatização que definem quais atores são reconhecidos como membros legítimos da sociedade internacional.

Essa reconstrução evidencia que o imperialismo não prescinde de justificativas normativas; ao contrário, depende delas para sua reprodução. É precisamente essa arquitetura, historicamente sustentada por pretensões universalistas, que começa a entrar em crise no contexto contemporâneo.

Cumpre registrar que, se ao longo da modernidade, a missão civilizadora operou como uma tecnologia central de legitimação do poder imperial, sua eficácia esteve associada à capacidade de apresentar projetos particulares como portadores de valores universais. No século XX, essa lógica foi rearticulada por meio das linguagens do desenvolvimento, da democracia liberal e dos direitos humanos, que passaram a funcionar como vetores normativos da ordem internacional (Escobar, 1995). Nesse contexto, a hegemonia dos Estados Unidos consolidou-se não apenas por sua superioridade material, mas também por sua capacidade de se apresentar como garantidora de uma ordem supostamente universal (Ikenberry, 2018).

Essa forma de legitimação sempre esteve atravessada por tensões. A universalidade proclamada conviveu com práticas seletivas, intervenções assimétricas e a persistência de hierarquias estruturais (Anglie, 2005; Hobson, 2012). Ainda assim, durante o período pós-Guerra Fria, essas linguagens mantiveram significativa capacidade de produzir consenso.

Nas últimas décadas, contudo, observa-se um processo de desgaste dessas narrativas. Intervenções justificadas em nome da democracia e dos direitos humanos, como no Iraque e no Afeganistão, evidenciaram as contradições entre discurso e prática, fragilizando sua credibilidade (Chandler, 2006; Anglie, 2005). Ao mesmo tempo, a persistência de duplos padrões e a aplicação seletiva de princípios universais intensificaram a percepção de que tais linguagens operam como recursos estratégicos, e não como normas imparciais (Acharya, 2014; Zarakol, 2011).

Esse desgaste está associado a transformações estruturais mais amplas, incluindo a ascensão de novos polos de poder e a crescente contestação das hierarquias da ordem liberal. Nesse contexto, a capacidade de universalização, elemento central das formas históricas de legitimação imperial, torna-se progressivamente limitada.

Exemplos recentes ilustram esse deslocamento. A proposta de controle da Groenlândia por Donald Trump evidencia uma lógica de poder que prescinde de justificativas universalistas, operando de forma mais direta e explícita (Barrios Díaz, 2026). De modo semelhante, aliados

históricos dos Estados Unidos passaram a ser diretamente afetados por uma política externa marcada pela afirmação de interesses e pela redução da mediação normativa.

Nesse contexto, declarações recentes de lideranças ocidentais revelam uma inflexão significativa. O reconhecimento de que a chamada "ordem internacional baseada em regras" operou historicamente de forma seletiva não indica uma ruptura, mas a explicitação de um padrão que anteriormente permanecia parcialmente velado. A diferença fundamental do presente reside, portanto, na transformação dos regimes de justificação que sustentam o poder imperial.

Se, em momentos anteriores, a legitimação dependia da capacidade de se apresentar como portadora de um horizonte universal, no contexto contemporâneo observa-se um deslocamento para formas mais particularistas. Ganham centralidade justificativas ancoradas na segurança, na afirmação de interesses estratégicos e na defesa de identidades civilizacionais. Trata-se não da ausência de legitimação, mas de sua reconfiguração.

Essa transformação indica uma mudança nas racionalidades políticas do imperialismo. A pretensão de universalidade cede espaço à explicitação de poder, reduzindo a capacidade de produzir consenso amplo e aumentando a visibilidade de seus fundamentos estratégicos e coercitivos. Nesse processo, a missão civilizadora não desaparece, mas é reformulada em termos mais estreitos, operando menos como projeto de transformação do "Outro" e mais como mecanismo de diferenciação e exclusão.

Dessa forma, o que emerge não é um imperialismo desprovido de justificativas, mas um imperialismo cuja legitimidade se ancora de maneira mais direta na afirmação de poder. É nesse contexto que discursos contemporâneos centrados na defesa de uma civilização específica, na reconstrução de poder e na primazia dos interesses estratégicos adquirem centralidade.

Cabe ainda referir que a análise da colonialidade do poder pode ser aprofundada a partir de sua articulação com a dimensão de gênero. Para Maria Lugones (2008), a colonialidade não opera apenas por meio da classificação racial e epistêmica, mas também através da imposição de um sistema moderno/colonial de gênero, que reorganiza corpos, sexualidades e papéis sociais de forma hierárquica. Esse sistema não apenas diferencia, mas produz sujeitos de maneira desigual, estabelecendo quem pode ser reconhecido como plenamente humano e quem é posicionado como inferior ou desviante. Nesse sentido, a produção do "Outro" não é apenas

racializada, mas também generificada, implicando formas específicas de subordinação que atravessam simultaneamente raça, gênero e sexualidade. A missão civilizadora, sob essa perspectiva, não apenas hierarquiza povos, mas também institui normas de feminilidade e masculinidade que sustentam e naturalizam a ordem imperial, regulando tanto as estruturas sociais quanto as experiências vividas pelos sujeitos.

De modo convergente, segundo Chandra Talpade Mohanty (1988), o universalismo ocidental opera também por meio da produção discursiva da "mulher do Terceiro Mundo" como um sujeito homogêneo, passivo e essencialmente oprimido. Essa construção não apenas apaga a diversidade histórica e política dessas mulheres, mas funciona como um dispositivo de poder que legitima intervenções sob a lógica da tutela, da emancipação e do desenvolvimento. Ao produzir esse sujeito como objeto de conhecimento e de intervenção, o discurso universalista reafirma a autoridade do Ocidente como agente de transformação, ao mesmo tempo em que naturaliza sua posição hierárquica. A missão civilizadora, nesse sentido, pode ser compreendida como um regime de representação que não apenas define o "Outro", mas também delimita as formas legítimas de ação sobre ele, articulando conhecimento, poder e intervenção.

A incorporação dessas perspectivas permite evidenciar que as formas de legitimação do imperialismo operam também por meio da produção de sujeitos racializado e generificados. Nesse sentido, o imperialismo nunca deixou de precisar de legitimação. O que muda é a forma dessa legitimação.

O que se observa não é a superação das hierarquias que estruturam o imperialismo, nem o esgotamento da produção de sujeitos subalternos, mas uma transformação nas formas de sua legitimação. Nesse sentido, a eficácia histórica da missão civilizadora esteve associada à sua capacidade de universalizar essas categorias, inclusive aquelas que definem gênero, apresentando-as como neutras e normativamente desejáveis. Se, em momentos anteriores, a missão civilizadora operava por meio da universalização de valores que apresentavam a dominação como necessária e desejável, no contexto contemporâneo essa mediação torna-se progressivamente menos central. A subalternização não deixa de existir, ao contrário, ela persiste e se rearticula, mas as justificativas do poder imperial passam a se ancorar menos na promessa de transformação universal e mais na afirmação direta de interesses, segurança e pertencimento civilizacional.

Essa leitura permite compreender que a produção de sujeitos generificados continua a desempenhar um papel central nas dinâmicas de poder contemporâneas, ainda que as formas de sua legitimação se transformem. A missão civilizadora, nesse contexto, não desaparece, mas é reconfigurada, deixando de operar prioritariamente como promessa universal de emancipação e passando a funcionar como mecanismo mais seletivo de diferenciação e exclusão. É essa transformação que será aprofundada na seção seguinte.

3 CRISE DO UNIVERSALISMO E RECONFIGURAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO IMPERIAL

Se, ao longo da modernidade, a missão civilizadora operou como uma tecnologia central de legitimação do poder imperial, sua eficácia esteve historicamente associada à capacidade de apresentar projetos particulares de dominação como portadores de valores universais. No século XX, essa lógica foi rearticulada sobretudo por meio da linguagem do desenvolvimento, da democracia liberal e dos direitos humanos, que passaram a funcionar como os principais vetores normativos da ordem internacional (Escobar, 1995). Nesse contexto, a hegemonia dos Estados Unidos consolidou-se não apenas por sua superioridade material, mas também por sua capacidade de se apresentar como garante e difusor de uma ordem supostamente universal (Ikenberry, 2018).

Essa forma de legitimação, no entanto, sempre esteve atravessada por tensões e contradições. Como amplamente documentado pela literatura crítica, a universalidade proclamada por essas narrativas conviveu com práticas seletivas, intervenções assimétricas e a persistência de hierarquias estruturais no sistema internacional (Anglie, 2005; Hobson, 2012). Ainda assim, durante boa parte do período pós-Guerra Fria, essas linguagens mantiveram uma capacidade significativa de produzir consenso, funcionando como horizonte normativo dominante da política global.

Nas últimas décadas, contudo, observa-se um processo crescente de desgaste dessas narrativas universalistas. Intervenções militares justificadas em nome da democracia e dos direitos humanos, como nos casos do Iraque e do Afeganistão, contribuíram para expor as contradições entre discurso e prática, fragilizando a credibilidade dessas categorias como fundamentos legítimos da ação internacional (Chandler, 2006; Anglie, 2005). Ao mesmo

tempo, a persistência de duplos padrões normativos e a instrumentalização seletiva de princípios universais intensificaram a percepção de que tais linguagens operam menos como normas imparciais e mais como recursos estratégicos (Acharya, 2014; Zarakol, 2011).

Esse processo de desgaste é também inseparável de transformações estruturais mais amplas na ordem internacional. A ascensão de novos polos de poder, a maior assertividade de países do chamado Sul Global e a contestação crescente das hierarquias herdadas da ordem liberal contribuíram para desestabilizar o monopólio ocidental sobre a definição dos termos legítimos da política internacional (Acharya, 2014). Nesse contexto, a capacidade de universalização, elemento central das formas históricas de legitimação imperial, encontra-se progressivamente limitada.

Exemplos recentes ilustram de forma particularmente clara esse deslocamento. A ambição declarada de Donald Trump de controlar a Groenlândia, incluindo a possibilidade de uso da força, evidenciou que a lógica imperial contemporânea pode operar mesmo entre aliados tradicionais, tensionando a coesão da própria aliança transatlântica (Barrios Díaz, 2026). A circulação de declarações públicas, bem como de imagens simuladas por inteligência artificial associadas a esse projeto, reforçou a percepção de uma forma de dominação que prescinde de justificativas universalistas ou de qualquer referência consistente a uma missão civilizadora.

De maneira ainda mais significativa, essa assertividade não se limita às periferias do sistema internacional. Aliados históricos dos Estados Unidos, como Canadá, México e países europeus, passaram a ser diretamente afetados por uma política externa marcada por maior explicitação de interesses e menor mediação normativa (Barrios Díaz, 2026). O que, por muito tempo, foi característico da relação entre centro e periferia — isto é, a aplicação direta da força ou da pressão sem necessidade de legitimação universal — manifesta-se agora também no interior do próprio núcleo ocidental, reconfigurando as dinâmicas de poder entre parceiros tradicionais (Hurd, 2007).

Nesse contexto, o discurso do primeiro-ministro canadense no *World Economic Forum*, em 2026, revela-se particularmente elucidativo (Carney, 2026). Ao reconhecer que a chamada "ordem internacional baseada em regras" sempre operou como uma ficção funcional, marcada pela aplicação seletiva do direito internacional, por assimetrias na imposição de regras comerciais e por exceções sistemáticas em favor das grandes potências, o premiê não aponta

para uma ruptura recente, mas explicita um pacto tácito que sustentou a ordem liberal. Tal ficção, conforme admitido, manteve-se enquanto a hegemonia americana foi capaz de fornecer bens públicos, previsibilidade e proteção suficientes para que países aliados pudessem sustentar políticas externas ancoradas em valores (Ikenberry, 2018).

A diferença fundamental do presente, portanto, reside na reconfiguração dos regimes de justificação que historicamente sustentaram as relações de poder imperiais do Ocidente. Se, no século XIX, o império precisava apresentar-se como portador de civilização e progresso, e se, no pós-Segunda Guerra Mundial, a hegemonia se legitimava por meio da promessa de regras, instituições e valores universais, no contexto contemporâneo essa mediação normativa torna-se progressivamente dispensável. A dominação não desaparece, tampouco se torna mais branda; ao contrário, ela persiste e, em certos casos, se explicita com maior nitidez, desvinculando-se de narrativas universalizantes e operando por meio de justificativas mais diretas, ancoradas na segurança, no interesse e na afirmação identitária (Foucault, 2008; Zarakol, 2011). Trata-se, assim, não de um "fim" da missão civilizadora, mas de sua transformação em uma forma mais estreita e menos comprometida com a produção de consenso global, na qual a pretensão de universalidade cede lugar à afirmação explícita de poder.

Essa transformação pode ser compreendida, em termos foucaultianos, como uma mudança nas racionalidades políticas que estruturam o exercício do poder. Se, em momentos anteriores, a legitimação imperial dependia da capacidade de se apresentar como portadora de um horizonte universal, seja na forma da civilização, do desenvolvimento ou da democracia liberal, no contexto contemporâneo observa-se um deslocamento significativo: a legitimação do poder passa a operar de maneira menos dependente da universalização e mais ancorada em registros particularistas. Nesse cenário, ganham centralidade justificativas baseadas na afirmação de identidades civilizacionais, na defesa de interesses estratégicos e na invocação de exceções, indicando não apenas uma mudança de linguagem, mas uma reconfiguração mais profunda das racionalidades que sustentam o exercício do poder imperial (Foucault, 2008).

Ao mesmo tempo, como sugere Zarakol (2011), essa reconfiguração está profundamente ligada a dinâmicas de pertencimento e estigmatização na ordem internacional. A afirmação de uma identidade civilizacional específica implica não apenas a reafirmação de laços internos, mas também a intensificação das fronteiras que definem quem pertence e quem

permanece fora desse espaço. A missão civilizadora, nesse contexto, deixa de operar prioritariamente como um projeto de transformação do "Outro" e passa a funcionar como mecanismo de diferenciação e exclusão.

Dessa forma, o que emerge não é um imperialismo desprovido de justificativas, mas um imperialismo cuja legitimidade se ancora na força, na violência e na guerra, isto é, em de uma forma mais explicitamente orientada pela afirmação de poder. Essa reconfiguração não elimina a dimensão ideológica do imperialismo, mas a transforma, reduzindo sua capacidade de produzir consenso amplo e aumentando a visibilidade de seus fundamentos estratégicos e coercitivos.

É nesse contexto que se torna possível compreender a centralidade de discursos contemporâneos que evocam a defesa de uma civilização específica, a necessidade de reconstrução de poder e a primazia dos interesses estratégicos. Tais discursos não representam uma ruptura com a tradição da missão civilizadora, mas sua reformulação em novos termos. A seção seguinte analisa um exemplo particularmente revelador dessa transformação, a partir do discurso de Rubio (2026) na *Munich Security Conference*, no qual essas dinâmicas se tornam explicitamente articuladas.

4 UM NOVO SÉCULO OCIDENTAL? DISCURSO, PODER E A RECONFIGURAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO IMPERIAL

O discurso de Marco Rubio na *Munich Security Conference*, em 14 de fevereiro de 2026, oferece uma chave privilegiada para compreender uma transformação profunda no imperialismo contemporâneo. Longe de operar apenas como um pronunciamento conjuntural de política externa, o discurso explicita uma reconfiguração mais ampla das formas de legitimar o imperialismo no século XXI.,

Logo no início de sua intervenção, Rubio (2026) reconstrói a narrativa histórica do Ocidente como uma comunidade civilizacional em luta existencial, afirmando que, no contexto da Guerra Fria, "milhares de anos de civilização ocidental estavam em jogo". Essa formulação não apenas reitera uma longa tradição de autoidentificação civilizacional, como também reativa um imaginário histórico no qual o poder ocidental se apresenta como portador de uma missão de alcance universal.

No entanto, o elemento mais revelador do discurso não está na evocação desse passado, mas na forma como ele projeta o futuro. Ao criticar o que denomina de ilusão do pós-Guerra Fria, descrita como a crença de que "havíamos entrado no 'fim da história', de que todas as nações se tornariam democracias liberais", Rubio (2026) rejeita explicitamente o universalismo liberal que, por décadas, serviu como principal linguagem de legitimação do imperialismo norte-americano. Em seu lugar, emerge uma formulação distinta, menos comprometida com a universalização de valores e mais centrada na reafirmação de identidade, poder e interesse.

Esse deslocamento, contudo, não se manifesta de maneira homogênea no conjunto do Ocidente. No caso europeu, observa-se ainda a persistência, ao menos parcial, de uma gramática política ancorada em referências universalistas e institucionais. Ainda assim, sinais de inflexão tornam-se visíveis: declarações recentes de Ursula von der Leyen, ao enquadrar a Turquia como uma ameaça à Europa em termos comparáveis a Rússia e China, indicam a volta de uma linguagem não apenas geopolítica, mas civilizacional, sugerindo que também no contexto europeu as formas de legitimação do poder podem estar em processo de reconfiguração (Sevinc, 2026). Ao afirmar que tal enquadramento é inconsistente com os esforços recorrentes de cooperação em segurança e defesa, a crítica revela não apenas uma divergência conjuntural, mas uma disputa mais profunda sobre os termos de definição do "Outro" e das fronteiras políticas e civilizacionais da Europa. Nesse sentido, o episódio evidencia que a possível reconfiguração da missão civilizadora no contexto europeu permanece em aberto, marcada por ambiguidades e tensões entre a manutenção de uma linguagem universalista e a crescente incorporação de categorias geopolíticas mais explícitas, próximas àquelas observadas no discurso norte-americano.

Essa inflexão torna-se ainda mais evidente quando o secretário de Estado redefine o próprio objeto da segurança internacional. Segundo ele, "exércitos não lutam por abstrações; lutam por um povo, por uma nação, por um modo de vida" (Rubio, 2026). A passagem é crucial: ela marca um deslocamento da gramática universalista, fundada em conceitos como direitos humanos, ordem internacional ou democracia, para uma lógica particularista, ancorada na defesa de uma comunidade civilizacional específica.

Essa lógica particularista não se orienta pela pretensão de universalizar valores ou integrar o "Outro" a um horizonte normativo comum, mas pela afirmação de fronteiras, pela

distinção entre pertencimento e exterioridade e pela priorização de vínculos históricos, culturais e identitários. Em vez de justificar a ação internacional como promoção de um bem universal, ela a fundamenta na proteção de um "nós" delimitado, cuja legitimidade deriva não de sua universalidade, mas de sua própria existência enquanto comunidade diferenciada. Nesse sentido, a segurança deixa de ser concebida como um princípio abstrato e universalizável e passa a ser articulada como defesa de um modo de vida específico, cuja preservação autoriza e normaliza práticas de exclusão, contenção e, potencialmente, de violência. Trata-se, portanto, de uma reconfiguração importante da missão civilizadora: não mais orientada à transformação do outro em nome de um universal, mas à proteção e afirmação de uma identidade que se define precisamente pela distinção em relação a esse outro.

É nesse contexto que surge o núcleo normativo do discurso: a convocação explícita para a construção de um novo ciclo de poder ocidental. Rubio (2026) conclama seus aliados europeus a participarem da construção de "um novo século ocidental"[2], baseado na recuperação de capacidades industriais, no controle de cadeias produtivas, na competição estratégica com outras potências e na reafirmação de soberania. Trata-se de uma proposta que articula economia, tecnologia e geopolítica sob o signo de um projeto civilizacional renovado, mas significativamente distinto das formas clássicas de legitimação imperial.

De fato, ao longo de seu discurso, Rubio (2026) não mobiliza de maneira consistente categorias tradicionalmente associadas à justificação moral do poder, como progresso universal, emancipação ou desenvolvimento global. Em vez disso, enfatiza repetidamente a necessidade de força, autonomia e interesse, chegando a afirmar que não se pode permitir que adversários "se escondam atrás de abstrações do direito internacional"[3]. A implicação é clara: normas e instituições deixam de ser princípios estruturantes e passam a ser instrumentos contingentes, subordinados a imperativos estratégicos.

Esse deslocamento sugere uma transformação qualitativa no imperialismo contemporâneo. Historicamente, projetos imperiais foram sustentados por narrativas que buscavam universalizar seus objetivos, da missão civilizadora colonial ao discurso do desenvolvimento e da democracia liberal. No caso analisado, contudo, observa-se um

[2] Tradução livre de "*Build a new Western century"* (Rubio, 2026).
[3] Tradução livre de "*Shield themselves behind abstractions of international law"* (Rubio, 2026).

enfraquecimento dessas narrativas como fundamento efetivo da ação política. O que emerge não é a completa ausência de justificativa, mas uma forma de poder menos dependente de legitimação universal e mais apoiada na afirmação direta de superioridade, identidade e força.

Para compreender de forma mais precisa esse deslocamento e a reconfiguração contemporânea das formas de legitimação imperial, é necessário situar a análise em uma temporalidade que permita identificar não apenas manifestações isoladas, mas continuidades discursivas do imperialismo no segundo governo de Donald Trump. Nesse sentido, a incorporação do discurso de JD Vance na *Munich Security Conference* de 2025 não constitui um desvio em relação ao estudo, mas um movimento analítico orientado à ampliação do escopo empírico. Ao afirmar que "uma das coisas sobre as quais eu queria falar hoje é, claro, sobre os nossos valores compartilhados"[4], o discurso já sinaliza um deslocamento relevante, no qual a referência à universalidade é substituída pela evocação de uma comunidade específica. Em conjunto com o discurso de Marco Rubio, analisado para o contexto de 2026, essa formulação permite apreender a construção gradual de um regime de legitimação que se afasta de pretensões universalistas e passa a se ancorar de maneira mais explícita na defesa de valores situados, interesses estratégicos e pertencimento civilizacional.

Essa escolha metodológica permite evidenciar que a transformação em curso não deve ser compreendida como um evento pontual, mas como um processo, no qual diferentes enunciados contribuem para a consolidação de novas formas de justificar o exercício do poder. Nesse quadro, o discurso de Vance (Munich Security Conference, 2025) adquire relevância particular ao explicitar uma inflexão significativa ao afirmar que a principal ameaça à Europa não advém de potências externas, mas que "a ameaça que mais me preocupa em relação à Europa não é a Rússia, não é a China […] o que me preocupa é a ameaça interna"[5]. Ao deslocar o eixo da ameaça do plano externo para o interno, o discurso não apenas redefine prioridades estratégicas, mas reconfigura o próprio campo de legitimação, no qual a autoridade política passa a ser justificada pela necessidade de proteger uma ordem interna percebida como ameaçada.

[4] Tradução livre de: "*One of the things that I wanted to talk about today is, of course, our shared values*." (Munich Security Conference, 2025).
[5] Tradução livre de: "*The threat that I worry the most about vis-à-vis Europe is not Russia, it's not China [...] what I worry about is the threat from within*." (Munich Security Conference, 2025).

Essa inflexão torna-se ainda mais evidente na crítica a práticas associadas à regulação discursiva, como no caso de conteúdos classificados como "discurso de ódio"[6]. Nesse registro, a legitimação do poder passa a envolver a definição de limites normativos internos e a identificação de desvios no interior da própria comunidade política. Ao lado disso, a afirmação de que não há segurança quando se teme "as vozes […] do próprio povo"[7] reforça a centralidade da relação entre poder e pertencimento, indicando que a segurança deixa de ser concebida apenas como proteção contra ameaças externas e passa a incluir a gestão das tensões internas.

A análise conjunta desses elementos não se orienta por uma lógica comparativa, mas por uma reconstrução analítica de um padrão emergente. Ao considerar a articulação entre 2025 e 2026, torna-se possível compreender que a reconfiguração do imperialismo contemporâneo envolve não apenas a transformação de suas linguagens, mas também a ampliação de seus espaços de operação, passando a incidir de maneira mais direta sobre o interior do próprio espaço político que busca legitimar. Nesse sentido, a introdução do discurso de Vance (Munich Security Conference, 2025) permite não apenas reforçar o argumento central do artigo, mas aprofundá-lo, ao evidenciar que a legitimação imperial se reconfigura tanto na redefinição de seus fundamentos normativos quanto na crescente centralidade de mecanismos de diferenciação e regulação interna.

Este artigo parte dessa observação para argumentar que o imperialismo contemporâneo é marcado pelo esvaziamento das narrativas civilizatórias que historicamente sustentaram a dominação global. A partir da análise do discurso de Rubio, complementada por referências a práticas recentes dos Estados Unidos e de Israel, sustenta-se que estamos diante de uma forma de poder que, embora ainda mobilize elementos ideológicos, opera com menor necessidade de coerência normativa e maior tolerância à explicitação de seus fundamentos estratégicos.

Ademais, o referido discurso de Marco Rubio (2026) permite identificar um conjunto de tensões internas que, longe de configurarem simples inconsistências, revelam aspectos centrais de sua lógica de funcionamento como tecnologia de legitimação. Uma primeira tensão emerge entre a defesa reiterada da soberania nacional e a proposição de mecanismos de controle e reorganização de dinâmicas globais. Ao afirmar a necessidade de "retomar o controle de

[6] Tradução livre de: "*Hateful content*" (Munich Security Conference, 2025).
[7] Tradução livre de: "*There is no security if you are afraid of […] your very own people.*" (Munich Security Conference, 2025).

nossas cadeias de suprimento" e construir cadeias ocidentais "não vulneráveis à extorsão de outras potências"[8], ao mesmo tempo em que rejeita a primazia da chamada "ordem global", o discurso mobiliza a soberania não como princípio universal, mas como recurso seletivo, aplicado de forma estratégica. A soberania é, assim, reivindicada para si, ao mesmo tempo em que se legitima a capacidade de intervir e estruturar o comportamento de outros, evidenciando sua função como instrumento de poder e não como norma simétrica.

Uma segunda tensão se manifesta na articulação entre registros morais e estratégicos. O discurso invoca de forma recorrente a tradição cristã, a herança cultural e a continuidade civilizacional: "unidos […] por séculos de história compartilhada, fé cristã, cultura, patrimônio" / "um elo indissolúvel entre o velho mundo e o novo"[9] — ao mesmo tempo em que sustenta a necessidade de ação direta, inclusive por meio da força, como quando afirma que determinados problemas internacionais exigiram "bombas lançadas com precisão" ou a atuação de forças especiais[10]. Essa combinação produz uma racionalidade híbrida na qual o exercício do poder é simultaneamente apresentado como imperativo moral e necessidade pragmática. A referência à fé, à herança e à civilização não limita o uso da força; ao contrário, contribui para sua legitimação, conferindo-lhe um sentido ético e histórico.

Uma terceira tensão central diz respeito à relação com a própria ordem internacional. Embora critique duramente a ideia de uma "ordem baseada em regras" e denuncie o que chama de "ilusão" de um mundo sem fronteiras, o discurso não propõe a sua rejeição completa, mas sua reforma e reorientação[11]. Instituições como a ONU são simultaneamente descritas como ineficazes e como portadoras de "tremendo potencial"[12]. Essa ambivalência revela uma estratégia de reapropriação: a ordem internacional não é descartada, mas ressignificada como instrumento subordinado aos interesses e à liderança de determinados atores, em especial dos Estados Unidos.

---

[8] Tradução livre de: "*take back control of our own industries and supply chains [...] not vulnerable to extortion from other powers*" (Rubio, 2026).
[9] Tradução livre de: "*bound [...] by centuries of shared history, Christian faith, culture, heritage" / "an unbreakable link between the old world and the new*" (Rubio, 2026).
[10] Tradução livre de: "*14 bombs dropped with precision from American B-2 bombers" / "American Special Forces*" (Rubio, 2026).
[11] Tradução livre de: *"rules-based global order [...] would now replace the national interest" / "this was a foolish idea*" (Rubio, 2026).
[12] Tradução livre de: "*the United Nations still has tremendous potential*" (Rubio, 2026).

Essa lógica de apropriação seletiva das normas e instituições internacionais não se limita ao plano discursivo, mas encontra expressão concreta em decisões recentes de política externa. A determinação do governo dos Estados Unidos de se retirar de um amplo conjunto de organizações internacionais, incluindo instâncias centrais do sistema das Nações Unidas, como a *UN Conference on Trade and Development* (UNCTAD), o *UN Democracy Fund*, o *UN Population Fund* (UNFPA) e a *UN Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), bem como fóruns estratégicos como o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) e a *International Renewable Energy Agency* (IRENA) — evidencia a materialização dessa reconfiguração (United States Of America, 2026).

Ao mesmo tempo em que o discurso reconhece que instituições como a ONU possuem "tremendo potencial" e não devem ser completamente abandonadas, promove-se, na prática, um processo de retirada, esvaziamento e reorientação seletiva do engajamento multilateral. Essa aparente contradição reforça a interpretação de que não se trata de uma rejeição absoluta da ordem internacional, mas de sua subordinação a critérios estratégicos definidos unilateralmente. Assim, a participação institucional deixa de ser orientada por compromissos normativos amplos e passa a ser condicionada à sua utilidade para a projeção de poder, consolidando uma racionalidade na qual o multilateralismo é mantido, reformado ou descartado conforme sua aderência aos interesses do núcleo civilizacional que o discurso busca afirmar.

Por fim, destaca-se a tensão entre universalismo e particularismo. Ainda que o discurso rejeite explicitamente a universalização liberal, associada ao "fim da história" e à ideia de um "cidadão do mundo", Rubio (2026) reintroduz uma forma distinta de universalização ao afirmar a centralidade da "civilização ocidental" como sujeito histórico privilegiado. Ao sustentar que essa civilização deve ser "orgulhosa de sua herança" e capaz de "sobreviver"[13], o discurso substitui o universalismo normativo por um universalismo civilizacional, no qual valores particulares são apresentados como fundamento legítimo da ordem internacional.

O Quadro 1 sintetiza as tensões constitutivas que estruturam a arquitetura de legitimação do discurso de Rubio. As inconsistências ou fragilidades argumentativas são entendidas como tensões que revelam o modo de operação do poder no contexto contemporâneo: uma racionalidade que articula, de forma simultânea, registros normativos, estratégicos e

[13] Tradução livre de: "*a great civilization that has every reason to be proud*" (RUBIO, 2026).

civilizacionais. Ao mobilizar princípios como soberania, moralidade e ordem internacional de maneira seletiva e assimétrica, o discurso não busca resolver contradições, mas torná-las operacionais, permitindo a coexistência de justificativas diversas para a ação imperial. Nesse sentido, a legitimação não se apoia mais na coerência universalizante, mas na capacidade de transitar entre diferentes gramáticas de poder, ajustando-se a contextos específicos e ampliando sua eficácia. É precisamente nessa articulação entre elementos aparentemente contraditórios que se evidencia a reconfiguração contemporânea da missão civilizadora, agora menos orientada à universalização de valores e mais à afirmação estratégica de uma ordem particular.

Quadro 1 - Tensões constitutivas na arquitetura de legitimação do discurso de Rubio

Dimensão analítica	Formulação no discurso	Movimento contraditório	Interpretação crítica
Soberania	Afirmação da soberania como princípio central, vinculada ao controle de fronteiras e autonomia nacional	Defesa de reorganização e controle estratégico de cadeias globais, com incidência sobre outros países	A soberania é reivindicada para si, mas relativizada para os outros, operando como recurso seletivo e assimétrico de poder
Moralidade civilizacional	Referência à fé cristã, herança e valores como fundamento da civilização ocidental	Legitimação explícita do uso da força e da coerção militar como instrumentos necessários	A moralidade não limita a violência, mas a legitima como defesa de uma ordem considerada superior
Ordem internacional	Crítica à ordem baseada em regras e ao universalismo liberal	Uso estratégico e seletivo de instituições e normas internacionais	Normas deixam de estruturar a ordem e passam a operar como ferramentas contingentes de poder
Universalismo	Rejeição do universalismo liberal e da ideia de mundo sem fronteiras	Afirmação da centralidade histórica e normativa da civilização ocidental	O universalismo não desaparece, mas é reconfigurado como particularismo civilizacional com pretensão implícita de centralidade

Fonte: elaboração própria a partir de Rubio (2026).

Em conjunto, essas tensões não enfraquecem o discurso; ao contrário, constituem a base de sua eficácia. Elas permitem que o imperialismo contemporâneo seja legitimado simultaneamente em múltiplos registros moral, estratégico, identitário e civilizacional, evidenciando que sua reconfiguração não implica a ausência de justificativas, mas a sua complexificação. Nesse sentido, o discurso não apenas expressa uma mudança nas formas de legitimação, mas revela a arquitetura interna de um regime de poder que se sustenta precisamente na articulação dessas aparentes contradições.

As transformações da legitimação do imperialismo do século XXI são sintetizadas no Quadro 2 a seguir, que identifica quatro categorias centrais de legitimação, que evidenciam o deslocamento de uma gramática universalista para uma lógica particularista no discurso imperial contemporâneo. No que se refere ao fundamento da legitimidade, observa-se a passagem de uma justificativa baseada na universalização de valores, como civilização, desenvolvimento ou democracia, para uma ancoragem na defesa de um "nós" específico, definido em termos de povo, nação e civilização ocidental. Essa mudança redefine também a relação com o "Outro", que deixa de ser concebido como passível de integração a um horizonte universal e passa a ser delimitado como exterior, potencialmente ameaçador e, portanto, objeto de contenção ou exclusão. De modo correlato, normas e direito internacional perdem centralidade como princípios estruturantes da ordem e passam a ser tratados como instrumentos contingentes, subordinados a imperativos estratégicos e de segurança. Por fim, a própria missão civilizadora é reconfigurada: em vez de orientar-se à expansão de valores universais, ela passa a operar como prática de proteção e afirmação de uma identidade civilizacional específica, marcando um deslocamento fundamental nas formas de legitimação do poder imperial no século XXI.

Quadro 2 - Reconfiguração da legitimação imperial no discurso de Rubio

Categoria	Imperialismo universalista	Reconfiguração contemporânea
Fundamento da legitimidade	Baseado na universalização de valores (civilização, desenvolvimento, democracia)	Baseado na defesa de um "nós" específico: povo, nação, civilização ocidental
Relação com o "Outro"	Transformar e integrar o Outro ao horizonte universal	Delimitar, conter ou excluir o Outro como externo à comunidade civilizacional
Normas e direito internacional	Princípios universais que estruturam e legitimam a ordem	Instrumentos contingentes, subordinados ao interesse e à segurança
Missão civilizadora	Expandir e universalizar valores considerados universais	Proteger, preservar e afirmar uma identidade civilizacional específica

Fonte: elaboração própria a partir de Rubio (2026).

Ao desenvolver esse argumento, o artigo contribui para o debate sobre as transformações do imperialismo na ordem internacional contemporânea, propondo que a atual conjuntura não representa o fim da ideologia, mas sua reconfiguração em moldes mais restritos e menos universalizáveis. As implicações desse processo são profundas: ao reduzir sua capacidade de produzir consenso global, o imperialismo tende a tornar-se mais visível em sua

dimensão coercitiva, abrindo espaço para novas formas de contestação e instabilidade no sistema internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar conceitualmente o processo de reconfiguração da missão civilizadora no imperialismo contemporâneo, tomando o discurso de Marco Rubio na *Munich Security Conference* de 2026 como sintoma analítico dessa transformação. A partir de uma abordagem interpretativa, analítica e conceitual, buscou-se compreender como as formas de legitimação do poder imperial têm sido deslocadas no contexto recente.

Na primeira parte do artigo, demonstrou-se que o imperialismo, historicamente, não pode ser reduzido às suas dimensões materiais, estando profundamente articulado a regimes de justificação que conferem sentido e legitimidade à dominação. A missão civilizadora foi identificada como uma tecnologia central nesse processo, operando por meio da produção de hierarquias, da construção do "Outro" e da naturalização de relações assimétricas, em articulação com formas de poder, saber e subjetivação.

Em seguida, argumentou-se que essas narrativas universalistas, rearticuladas ao longo do século XX nas linguagens do desenvolvimento, da democracia liberal e da ordem internacional baseada em regras, encontram-se em processo de desgaste. A análise evidenciou que a capacidade dessas categorias de produzir consenso e legitimação foi progressivamente fragilizada por suas próprias contradições, pela aplicação seletiva de normas e pela transformação da estrutura do sistema internacional. Nesse contexto, observou-se não o desaparecimento da missão civilizadora, mas sua reconfiguração em formas mais restritas, centradas na identidade, na segurança e na explicitação de interesses estratégicos.

A análise conceitual do discurso de Rubio permitiu evidenciar empiricamente esse deslocamento. Longe de mobilizar um universalismo normativo robusto, o discurso articula uma narrativa civilizacional mais estreita, fundada na defesa de um "Ocidente" concebido como comunidade histórica, cultural e estratégica. A ênfase recai menos sobre a universalização de valores e mais sobre a reafirmação de pertencimento, a necessidade de reconstrução de poder e a legitimação da ação a partir de interesses explicitamente assumidos. Esse movimento, contudo, não se apresenta de forma linear, sendo estruturado por tensões internas que revelam

o modo de operação dessa nova racionalidade. A defesa da soberania nacional, por exemplo, convive com a proposição de reorganização e controle estratégico de cadeias globais, implicando sua aplicação seletiva e assimétrica; a invocação de valores civilizacionais e da fé cristã articula-se à legitimação explícita do uso da força como instrumento necessário; e a crítica à ordem baseada em regras coexiste com o uso estratégico e contingente de instituições e normas internacionais. Nesse sentido, tais contradições não constituem inconsistências, mas elementos constitutivos da própria lógica de legitimação, permitindo a articulação simultânea de registros normativos e estratégicos. Assim, o discurso não representa uma ruptura com a tradição imperial, mas sua reformulação em novos termos.

A principal conclusão do artigo é que o imperialismo contemporâneo não prescinde de justificativas normativas, mas as reconfigura em registros menos universalizáveis e mais explicitamente orientados pela afirmação de poder. A missão civilizadora não desaparece; ela se transforma. Sua função desloca-se da promessa de inclusão universal para a produção de fronteiras mais rígidas entre pertencimento e alteridade, tornando-se menos eficaz como mecanismo de consenso global e mais evidente como instrumento de diferenciação e exclusão.

Essa transformação possui implicações significativas para a ordem internacional. Ao reduzir sua capacidade de universalização, o imperialismo tende a tornar-se mais visível em sua dimensão coercitiva, o que pode ampliar dinâmicas de contestação, fragmentação e instabilidade. Ao mesmo tempo, a explicitação crescente de seus fundamentos estratégicos sugere uma reconfiguração das formas de exercício do poder, nas quais a legitimidade deixa de depender prioritariamente de narrativas universalistas e passa a apoiar-se em justificativas mais diretas, seletivas e situadas.

Dessa forma, compreender o imperialismo contemporâneo exige não apenas analisar suas continuidades materiais, mas também captar as transformações em seus regimes de verdade e em suas formas de legitimação. É nesse deslocamento — da universalização à particularização, da missão à afirmação — que se encontra uma das chaves centrais para interpretar a política internacional no século XXI.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. **The End of American World Order**. Cambridge: Polity Press, 2014.

ANGLIE, Antony. **Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BARRIOS DÍAZ, José Alejandro Sebastian. **Imperialismo sem civilização: forma de poder que domina sem precisar convencer**. Le Monde Diplomatique Brasil, 27 jan. 2026. Disponível em: https://diplomatique.org.br/imperialismo-sem-civilizacao/. Acesso em: 23 abr. 2026.

CARNEY, Mark. **Forum in Focus**: Davos 2026: Special address by Mark Carney, Prime Minister of Canada. World Economic Forum, 20 Jan. 2026. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-by-mark-carney-prime-minister-of-canada/. Acesso em: 27 de janeiro de 2026.

CHANDLER, David. **Empire in Denial**: The Politics of State-Building. London: Pluto Press, 2006.

COOLEY, Alexander; NEXON, Daniel. **Exit from Hegemony**: The Unraveling of the American Global Order. Oxford: Oxford University Press, 2020.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development**: The Making and Unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HANSEN, Lene. **Security as Practice**: Discourse Analysis and the Bosnian War. London: Routledge, 2006.

HOBSON, John M. **The Eurocentric Conception of World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HURD, Ian. **After Anarchy**: Legitimacy and Power in the United Nations Security Council. Princeton: Princeton University Press, 2007.

IKENBERRY, G. John. The End of Liberal International Order? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 7–23, 2018.

KOSKENNIEMI, Martti. **The Gentle Civilizer of Nations**: The Rise and Fall of International Law 1870–1960. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73–102, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Being. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 240–270, 2007.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

MIGNOLO, Walter. **The Idea of Latin America**. Oxford: Blackwell, 2005.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Under Western Eyes**: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. Boundary 2, v. 12, n. 3, p. 333–358, 1984.

MUNICH SECURITY CONFERENCE. **Speech by JD Vance and Selected Reactions**. Munich: Munich Security Conference, 2025. Disponível em: https://securityconference.org/assets/user_upload/MSC_Speeches_2025_Vol2_Ansicht.pdf. Acesso em: 25 abr. 2026.

PAGDEN, Anthony. **Lords of All the World**: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c.1500–c.1800. New Haven: Yale University Press, 1995.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. **Nepantla**, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000.

RUBIO, Marco. **Secretary of State Marco Rubio at the Munich Security Conference**: Remarks. Munich: U.S. Department of State, 14 fev., 2026. Disponível em: https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/02/secretary-of-state-marco-rubio-at-the-munich-security-conference. Acesso em: 23 abr. 2026.

SAID, Edward. **Culture and Imperialism**. New York: Knopf, 1993.

SEVINC, Necva Tastan. **Von der Leyen's remarks linking Türkiye to Russia, China as 'flawed'**. Anadolu Agency, 21 abr. 2026. Disponível em: https://www.aa.com.tr/en/world/eu-parliament-rapporteur-for-turkiye-slams-von-der-leyens-remarks-linking-turkiye-to-russia-china-as-flawed/3913716. Acesso em: 23 abr. 2026.

UNITED STATES OF AMERICA. **Withdrawing the United States from International Organizations, Conventions, and Treaties that Are Contrary to the Interests of the United States.** Presidential Memorandum, 7 jan. 2026. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2026/01/withdrawing-the-united-states-from-international-organizations-conventions-and-treaties-that-are-contrary-to-the-interests-of-the-united-states/. Acesso em: 25 abr. 2026.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. **Interpretation and Method**: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn. Armonk: M.E. Sharpe, 2014.

ZARAKOL, Ayşe. **After Defeat**: How the East Learned to Live with the West. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.